

MULHER TRANS NEGRA, POLÍTICA E DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE ERIKA HILTON

Geovane Pereira da SILVA
Universidade Federal do Ceará

Resumo: A proposta deste estudo se dá na intersecção entre política e discurso jornalístico. Um acontecimento histórico aconteceu no primeiro turno do pleito eleitoral brasileiro em 02 de outubro de 2022: Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, mulher trans, negra e ativista dos Direitos Humanos, foi eleita ao cargo de Deputada Federal por São Paulo com 256.903 votos, tornando-se a primeira mulher trans a alcançar esse feito. Assim, o objetivo desta pesquisa visou analisar como os discursos jornalísticos representaram o acontecimento aqui exposto. A presente pesquisa é de natureza qualitativa, sendo escolhidas três notícias como *corpus* de análise, as quais foram analisadas pela abordagem metodológica da Análise Crítica do Discurso (ADC). Como resultados, identificamos discursos que construíram narrativas de protagonismo e legitimidade sobre Erika Hilton como sujeito social e político, dando ênfase à trajetória de vida, de modo que a mesma é representada discursivamente de maneira interseccional, sobretudo por meio de elementos intertextuais.

Palavras-Chave: Discurso jornalístico; Erika Hilton; Estudos de Gênero; Política; Análise Crítica do Discurso (ADC).

BLACK TRANS WOMAN, POLITICS AND JOURNALISTIC DISCOURSE: AN ANALYSIS OF PUBLIC DISCOURSES ABOUT ERIKA HILTON

Abstract: *October 2, 2022: Erika Santos Silva, known as Erika Hilton, a trans, black woman and human rights activist, was elected to the position of Federal Deputy for São Paulo with 256,903 votes, becoming the first trans woman to achieve this feat. Thus, the objective of this research aims to analyze how journalistic discourses represent the event exposed here. This research is qualitative, three news items were chosen as the corpus of analysis, which were analyzed using the methodological approach of Critical Discourse Analysis (CDA). As a result, we identified discourses that built narratives of protagonism and legitimacy about Erika Hilton as a social and political subject, emphasizing her life trajectory, so that it is represented discursively in an intersectional way, especially through intertextual elements.*

Keywords: *Journalistic discourse; Erika Hilton; Gender Studies; Policy; Critical Discourse Analysis (CDA).*

MUJER NEGRA TRANS, POLÍTICA Y DISCURSO PERIODÍSTICO: ANÁLISIS DE LOS DISCURSOS SOBRE ERIKA HILTON

Resumen: *El propósito de este estudio se sitúa en la intersección entre política y discurso periodístico. Un hecho histórico tuvo lugar en la primera vuelta de las elecciones electorales brasileñas del 2 de octubre de 2022: Erika Santos Silva, conocida como Erika Hilton, mujer trans, negra y activista de derechos humanos, fue elegida para el cargo de diputada federal por São Paulo con 256.903 votos, convirtiéndose en la primera mujer trans en lograr esta hazaña. Así, el objetivo de esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo los discursos periodísticos representaron el evento aquí expuesto. Esta investigación es cualitativa, se escogieron como corpus de análisis tres noticias, las cuales fueron analizadas mediante el enfoque metodológico del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Como resultados, identificamos discursos que construyeron narrativas de protagonismo y legitimidad sobre Erika Hilton como sujeto social y político, enfatizando su trayectoria de vida, para que sea representada discursivamente de manera interseccional, especialmente a través de elementos intertextuales.*

Palabras-clave: *Discurso periodístico; Erika Hilton; Estudios de género; Política; Análisis Crítico del Discurso (ACD).*

1. APRESENTAÇÃO

A proposta deste estudo se dá na intersecção entre política e discurso jornalístico. Um acontecimento histórico ocorreu no pleito eleitoral para os cargos políticos de Deputados(as) Estaduais, Deputados(as) Federais, Governadores(as) e Presidente da República no Brasil, em 02 de outubro de 2022: Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, mulher trans, negra e ativista dos Direitos Humanos, foi eleita ao cargo de Deputada Federal por São Paulo com 256.903 votos, tornando-se a primeira mulher trans a alcançar esse cargo político.

Nessa direção, o objetivo desta pesquisa visou analisar como os discursos jornalísticos representaram o acontecimento aqui exposto. O presente trabalho é de natureza qualitativa. Assim, foram escolhidas três notícias como *corpus* de análise: “Érika Hilton, travesti eleita deputada federal, superou traumas para se relacionar com homem trans”, “São Paulo elege primeira mulher trans como deputada federal; Erika Hilton está entre as dez melhores votações” e “Travesti preta e luta por nome social:

Erika Hilton agora chega a Brasília”. Os textos foram publicados sequencialmente pelos seguintes portais de notícia: Extra Globo, CNN Brasil e Notícias UOL.

Para tanto, utilizamos das discussões raciais por meio de Nascimento (2016) e Almeida (2020) para situar o contexto macro e cenário sócio-histórico brasileiro. Em seguida, inserimos o conceito sobre gênero como categoria social com Connell e Pearse (2015) em paralelo à questão das transexualidades a partir de Bento (2006). Não obstante, discutimos sobre interseccionalidade em Crenshaw (2002) e Akotirene (2019) para situar a não hierarquia de problemáticas em torno de sujeitos minorizados. Essas discussões conceituais são necessárias para situarmos o acontecimento histórico aqui tratado, bem como tensionar o contexto político em que os textos e seus respectivos discursos estão localizados.

Já para tratar metodologicamente dos textos mencionados acima, escolhemos a Análise de Discurso Crítica (ADC), que compreende o discurso como prática social: Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011) e Santos (2019). Dito isto, apresento a estrutura deste artigo: na primeira seção, tratamos da construção metodológica. Por sua vez, na segunda seção, realizamos as discussões que fundamentam o aspecto teórico desta pesquisa. No que diz respeito à terceira seção, trazemos as análises e, por fim, as considerações finais.

2. ADC: UM FAZER METODOLÓGICO COM OLHAR SOCIAL

Os textos – escritos, sonoros e/ou imagéticos – fazem parte da vida social. Com eles, nos comunicamos e registramos aspectos históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos entre outros que vão da esfera simbólica, como a representação de lugares, pessoas e objetos, até a dimensão material, como mapas, folhetos, placas, etc. “Por concretizarem manifestações sociais na infinidade de gêneros do discurso, os textos viabilizam o trabalho de mapeamento de visões de mundo – muitas vezes, vendidas como verdades absolutas” (Santos, 2019, p. 119).

Para situar os textos como canais de investigação da vida social, é preciso salientar que os textos possuem estruturas e formatos (gêneros textuais e discursivos) específicos, os quais orientam suas finalidades. A notícia, por exemplo, é uma prática/produto do jornalismo (discurso jornalístico), que é compreendida como um

gênero jornalístico que tem a função de informar, mas, ao mesmo tempo, também é capaz de denunciar problemas sociais e representar sujeitos e acontecimentos.

Para tanto, tomamos textos jornalísticos, especificamente matérias produzidas em portais de notícia, como material de análise para discutir sobre os discursos jornalísticos a respeito do acontecimento histórico da primeira mulher trans negra eleita ao cargo de Deputada Federal no Brasil, Erika Hilton (PSOL), em outubro de 2022. Por isso, delimitamos, enquanto *corpus* de análise, os textos dos portais de notícias: Extra.Globo, CNN Brasil e Notícias UOL. O critério da escolha dos textos desses portais de notícias em detrimento de outros se deu por serem os primeiros resultados feitos em navegadores de internet (visibilidade e instantaneidade) pelos descritores: “Erika Hilton eleita 1ª deputada federal trans”; a ordem dos portais segue na sequência dos resultados encontrados.

Dessa maneira, justificamos a escolha da ADC como ferramenta metodológica para realizar as análises. A ADC é uma abordagem do campo dos Estudos da Linguagem que prima pela relação dialética sociedade-linguagem, segundo Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011) e Santos (2019). Ainda em suas bases, a ADC estrutura o seu fazer analítico direcionado a problemas sociais, em que a linguagem é percebida como um instrumento no estabelecimento ou mudanças das relações assimétricas de poder.

Nesta abordagem, o discurso é compreendido como prática social e acontece na relação indissociável: texto, prática discursiva e prática social. Este é o modelo tridimensional de análise de discurso proposto pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001). Diante disso, encontramos o aspecto de aplicação da metodologia em ADC, na qual toma-se o texto como material de reflexão discursiva e social e a análise se constitui de forma textualmente orientada, conforme Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011).

Nas leituras dos autores e autoras supracitados, compreendemos que o procedimento de análise está em primeiro momento na descrição e sistematização do material, considerando-se contexto social (tempo e espaço) e a posição dos sujeitos no texto (deve-se considerar as atividades e configurações dos sujeitos no evento discursivo). No segundo momento, o procedimento metodológico é operacionalizado por meio das marcas textuais e suas funções – modos de agir, interagir e representar – em paralelo à categoria de análise intertextualidade (categoria escolhida nesta

pesquisa) da ADC: que é explicitada no decorrer das análises. E, por fim, a aplicação metodológica em ADC finaliza com os resultados que possam apontar para tensionamentos da problemática em discussão no sentido de poder engajar e/ou contribuir na transformação social da problemática abordada.

3. APONTAMENTOS TEÓRICOS: RACISMO ESTRUTURAL, TRANSEXUALIDADE E INTERSECCIONALIDADE

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” (Provérbio africano). As grandes histórias da humanidade são marcadas por narrativas de conquistas e transformações, pensadas pela ótica de povos dominadores e colonizadores (os europeus) que entre os séculos XIII e XVIII, nas Américas, condicionaram os povos ameríndios e povos africanos a mão de obra escrava. Nesse sentido, relações de poder, sejam elas sociais do dia a dia até a esfera institucional e política, foram constituídas na relação dominadores e dominados, na qual o aspecto raça foi posto como delimitação para as relações e práticas sociais.

Sobre isso, dialogamos com Abdias Nascimento (2016), um dos primeiros intelectuais negros brasileiros a questionar e discutir as relações sociais no Brasil, tomando a raça enquanto um agente que operacionaliza a vida social, distanciando-se da ideia de individualidade nas práticas racistas e processos de segregação de pessoas negras em espaços de poder. A “democracia racial” é um dos dois eixos centrais debatidos pelo autor, que, em sua visão, torna-se uma metáfora para se referir ao racismo praticado no Brasil.

Nascimento (2016) ainda discorre que esse fenômeno é diferente do que é praticado nos Estados Unidos da América e na África do Sul (*Apartheid*). O autor compartilha que devemos pensar o racismo brasileiro (“democracia racial”) de maneira institucional, e esse, operacionaliza-se em níveis oficiais como governo – Leis, Capital, Forças Armadas, Polícia –, sistema educativo – em níveis primários e superiores –, meios de comunicação de massa – Imprensa, TV, Rádio, entre outros. Assim, penetra no tecido social, psicológico, econômico político e cultural do Brasil.

Silvio Almeida (2020), advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, é outro intelectual negro que se propôs a discutir sobre o racismo estrutural no Brasil. “Na perspectiva estrutural

– que é nosso foco – se considerarmos o racismo um processo histórico e político, a implicação é que precisamos analisá-lo sob o prisma da institucionalidade e do poder” (Almeida, 2020, p. 86).

Conforme Almeida (2020), o racismo estrutural é a força motora da sociedade, pela qual se constitui na estabilização de sistemas sociais, nos quais as instituições, a exemplo de Estado, mídia, educação, religião, entre outras, são responsáveis pela “absorção” ou normalização dos conflitos e antagonismos da vida social. A discussão de Almeida (2020) dialoga com os posicionamentos de Nascimento (2016) na compreensão de que o racismo não se trata de algo individual, mas sim coletivo, sistêmico, político e institucional.

Apresentamos essas discussões para situar o contexto macro do cenário político brasileiro, no qual raça não é um recorte, mas sim uma estrutura de poder. Nessa estrutura, diversos sujeitos minorizados são afetados, além de pessoas negras, povos originários, mulheres e pessoas LGBTQIAP+¹. Ao tratar da violência de gênero como uma realidade que afeta pessoas trans podemos identificar a vulnerabilidade e segregação desses sujeitos.

De acordo com o relatório de 2021 da *Transgender Europe*² (TGEU), instituição que monitora dados a nível global a partir de levantamentos feitos por instituições trans e LGBTQIAP+, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53.

O mesmo relatório aponta que, apenas no Brasil, foram registradas 125 mortes de pessoas trans, sendo a somatória total do levantamento de 375 assassinatos no mundo durante o período de outubro de 2020 a setembro de 2021. Por sua vez, dados apresentados pelo Dossiê *Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras* da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), lançando este ano³, sinalizam 131 trans e travestis assassinados no Brasil em 2022.

¹ Esta sigla representa a luta política e social da comunidade formada por pessoas que se identificam e expressam nas seguintes orientações sexuais e identidades de gênero: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, *Queer/Questionando*, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Panssexuais, Polisssexuais, Não-binárias e mais expressões de gênero e orientações sexuais.

² Disponível em: encurtador.com.br/eluA6 Acesso em 19 de jul. de 2022.

³ Disponível em: encurtador.com.br/jruAP Acesso em 09 de abr. de 2023.

Já na esfera do exercício político, em deliberações nas instâncias institucionais, como Senado e Câmaras Federais, Estaduais e Municipais, identificamos que pessoas trans são minorias. Informações da Antra⁴ sobre o pleito eleitoral de 2020 para Câmaras de Vereadores(as) pelo Brasil mostram que foram inscritos(as) mais de 294 travestis, mulheres transexuais e homens trans, demais pessoas trans que concorreram. Destas, apenas 30 pessoas trans foram eleitas (é importante dizer que a instituição vê este número como uma conquista se comparado ao pleito de 2016).

Neste ponto, é válido trazer a pesquisa realizada por Chagas (2020), concentrada na área de Política Social e Direitos Humanos. Em sua dissertação, a autora trata do tema mulheres trans em relação ao processo desses sujeitos na política formal. Além de articular discussões históricas e conceituais de gênero, raça, feminismo e política o estudo se desenvolve por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres trans que ingressaram na política formal em 2018, sendo elas: Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima, na época, todas afiliadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). É válido destacar que todas são mulheres trans negras.

Para Chagas (2020), embora estas mulheres trans e negras eleitas em 2018, por seus históricos de lutas e resistências, tenham encontrado algumas estratégias que possibilitaram a inserção das mesmas nos espaços políticos institucionais, ainda são operacionalizadas barreiras culturais e historicamente impostas que precisam ser superadas. De acordo com Chagas (2020, p. 113 -114):

Os ataques machistas, racistas e transfóbicos foram desferidos contra Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima, alguns aconteceram durante a campanha eleitoral de 2018, outros durante a execução dos mandatos, sem contar tantos outros que ocorreram durante suas trajetórias. Ataques também sofridos por tantas pessoas trans e outros grupos que possuem seus corpos marcados pela opressão, mas que são símbolos de resistência. Destacamos os ataques raciais recebidos por Erika Hilton nas redes sociais, esses ataques de ódio eram inspirados a questões relacionadas ao cabelo e pela cor da pele de Erika. Denunciando que o racismo estrutural e velado continua presente e forte na sociedade brasileira, corroborando com Carneiro (2003) que defende que o combate ao racismo deve ser prioridade para as mulheres negras, pois a opressão ocorre primeiro pela questão racial e depois pelo gênero. É importante ressaltar que ao questionarem a cultura conservadora da sociedade sobre gênero, sexualidade e racismo, os movimentos sociais iniciaram um processo que possibilitou o acesso das mulheres e da comunidade LGBTI+ aos

⁴ Disponível em: encurtador.com.br/cdBST Acesso em 19 de jul. de 2022.

espaços institucionais. Contudo, ainda há muito para ser desmistificado e discutido para que a sociedade, primeiramente, reconheça a existência de processos violentos e estruturais como misoginia, transfobia, homofobia, racismo, que na maioria das vezes ocorrem de forma velada.

A partir do contexto macro do Brasil e dos dados sobre as violências físicas e políticas sofridas pela comunidade trans e travesti brasileira, em relação ao racismo estrutural, podemos apontar que a eleição de Erika Hilton, ao cargo de Deputada Federal, se constitui como um acontecimento histórico.

Neste trabalho, consideramos a Erika Hilton enquanto um sujeito social que representa grupos minorizados, sobretudo mulheres trans negras. Para tanto, devemos articular conceitualmente as noções de gênero em direção às transexualidades, do mesmo modo que reconhecemos a necessidade de se pensar de forma interseccional, ou melhor dizer, pela ótica da interseccionalidade.

As estudiosas australianas, Connell e Pearse (2015), discutem sobre os estudos de gênero por uma abordagem global. Para elas, o gênero é construído e experienciado em culturas e sociedades distintas (pluralidades), ou seja, não existem gêneros fixos, naturais ou imutáveis no sentido da configuração do viver e se relacionar em sociedade.

Para desenvolver suas argumentações sobre o gênero enquanto uma construção social, Connell e Pearse (2015) apresentam cinco casos de pesquisas sobre gênero feitas em países e culturas distintas. A partir disso, Connell e Pearse (2015) apontam para o gênero enquanto papéis e práticas sociais, que constituem os processos de socialização, bem como dão formas e sentidos às estruturas e significação do exercício das masculinidades e feminilidades que variam de uma cultura/sociedade para a outra.

Nessa direção, entendemos o gênero enquanto categorias sociais em movimento, que se inscrevem no tempo e no espaço. Para tanto, ao abordarmos sobre mulheres, homens e outros gêneros estamos situando ser “uma mulher” ou “um homem”, enquanto uma produção de sentidos de maneira sistemática, com “[...] implicações, sobretons e alusões que se acumularam ao longo da nossa história e cultural. Os ‘significados’ dessas palavras são maiores do que as categorias de macho e fêmea” (Connell e Pearse, 2015, p. 172).

Numa visão semelhante a Connell e Pearse (2015), a socióloga brasileira Bento (2006) discute sobre transexualidades com um estudo com pessoas trans em busca e

no processo de cirurgia de redesignação sexual (CRS). Bento (2006) tratou disso a partir dos discursos das pessoas trans e do saber médico (sobretudo o aspecto de patologização), em paralelo a discussões conceituais, historicização sobre do corpo, sexualidade e gênero e tensionou sobre a legitimidade dos corpos, bem como dos valores biológicos atribuídos aos mesmos enquanto processos de aceitação e inserção de pessoas trans no meio social.

Por meio disso, Bento (2006) sinaliza para as transexualidades enquanto identidades de gênero que se expressam por processos de autoidentificação dos sujeitos, bem como na forma que os mesmos se apresentam socialmente. Bento (2006) ainda aborda as problemáticas geradas pelas relações de gênero pautada em um sistema binário (homem ou mulher) sob uma lógica biológica. De acordo com Bento (2006, p. 94), “As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que certos tipos de expressões relacionadas com o gênero são falsos ou carentes de originalidade, enquanto outros são verdadeiros.”

A partir da leitura de Bento (2006), entendemos que o ser homem ou mulher está ligado ao sentir-se homem/mulher, ou seja, um conjunto de pressupostos, enunciados e práticas que atribuem e dão sentidos ao agir socialmente. O perigo dessa lógica está no aspecto da naturalização, na qual reside a hegemonia do gênero enquanto uma suposição natural. “E, no caso dos gêneros, uma das matrizes que dará inteligibilidade e sentido será a heterossexualidade. É a partir dessa matriz que se justificam e se constroem corpos como entidades diferentes” (Bento, 2006, p. 96).

Desse modo, podemos dizer que o gênero experienciado por pessoas cisgêneros⁵ – pautando a lógica da heterossexualidade – está numa posição de hegemonia, dentro do qual as masculinidades ou feminilidades transexuais são postas fora das idealizações dos gêneros, mesmo que essas se identifiquem, busquem e pratiquem as experiências do ser homem ou mulher.

Além da dimensão de gênero enquanto categoria social, também compreendemos raça enquanto categorial social. E tomando o racismo e a binaridade heterossexual como matrizes de opressão – relações de poder – que minorizam pessoas negras e transexuais. Dessa forma, constatamos a necessidade de não

⁵ Termo cisgênero é utilizado para se referir ao grupo de pessoas cisgêneros: sujeitos que nascem com determinado sexo biológico - masculino ou feminino - e se identificam com o mesmo.

separar as categorias sociais: raça e gênero. Sendo assim, analisamos os discursos sobre Erika Hilton sob a luz da interseccionalidade.

A interseccionalidade é uma conceitualização forjada por mulheres negras – produção intelectual do feminismo negro – em períodos e países diferentes, que articularam a inseparabilidade de categorias/marcadores sociais: raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outros dos problemas sociais enfrentados por mulheres negras (Akotirene, 2019). Pioneiramente, esse conceito foi exposto sistematicamente pela defensora afro-norte-americana dos Direitos Humanos, Kimberlé Crenshaw (2002), em 1989.

Nas palavras de Crenshaw (2002, p. 178): “a interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Nessa perspectiva, consideram-se os condicionamentos sócio-históricos interconectados aos eixos de poder de tal forma que para compreender as subalternizações, deve-se considerá-las não como somatórias, mas sim como participantes de cada realidade de sujeitos postos como Outros (Akotirene, 2019). A doutora em Estudos Feministas e feminista negra, Carla Akotirene (2019), é uma das facilitadoras e atualizadoras da discussão sobre interseccionalidade, sobretudo no Brasil.

De acordo com Akotirene (2019, p. 35), “o padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e antimulheres.” Na visão da autora, precisamos entender as coexistências de opressões das matrizes do cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo como modeladores de experiências sociais e subjetividades no que diz respeito aos condicionamentos que tornam os sujeitos (Outros) em mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema. Desse modo, salientamos que a aplicação analítica e crítica deste estudo foram orientadas pela interseccionalidade.

4. QUADROS DE ANÁLISES

4.1. DESCRIÇÃO DO EVENTO DISCURSIVO: CONTEXTO E SUJEITO

Em outubro de 2022, houve o pleito eleitoral para cinco cargos em disputa: Presidente da República, Governador, Senador, Deputados Federais e Deputados Estaduais. Nesse momento, o Brasil estava inserido em uma tensa e visível polaridade: esquerda e direita; conservadorismo e socialismo, no qual os sujeitos políticos se encarnaram em elementos centrais nessa arena.

Nesse cenário, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), popularmente conhecido como Lula (PT) – atual Presidente do Brasil –, representante da esquerda e de pensamentos progressistas que contemplava grupos minorizados, e Jair Messias Bolsonaro do Partido Liberal (PL), mais conhecido como Bolsonaro – Ex-Presidente do Brasil (2019 - 2022) – representante da extrema direita, com posicionamento conservador e cristão. Esses sujeitos políticos, de modo geral, atuaram como agenciadores de disputas e formas de organizar o mundo (ideologias).

É válido pontuar que ao longo de sua carreira política, Bolsonaro realizou discursos homofóbicos, misóginos e racistas. E essa visão demarcou sua gestão presidencial em prol do conservadorismo, bem como a realização de cortes na educação, saúde pública e retrocessos em processos de assistência a grupos minorizados, além de inflamar uma chama reacionária de discriminações contra grupos sociais marginalizados como uma pretensa liberdade de expressão.

É justamente nesse contexto que aconteceu a vitória nas urnas para Erika Hilton, atualmente empossada como Deputada Federal por São Paulo. Em um momento de tensão e crescimento de uma onda conservadora, uma mulher trans negra faz um acontecimento histórico: ser a primeira mulher trans e negra conquistar uma cadeira no Congresso Nacional. É importante dizer que Duda Salabert, professora de literatura, ambientalista e ativista filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), também foi uma mulher trans a ocupar o cargo de Deputada Federal no pleito eleitoral em outubro de 2022.

Ainda nesta seção, é preciso expor uma breve apresentação das experiências de vida de Erika Hilton que fizeram dela um sujeito político, bem como a atuar formalmente no combate ao racismo, LGBTfobia e outras violações relacionados aos Direitos Humanos. Nas palavras da própria Erika, concedida como entrevista para Chagas (2020, p. 88), a deputada federal fala que:

A minha trajetória de vida é bem genérica. Ela é muito parecida com a maioria das mulheres trans e travestis do Brasil né, que tem esse

recorte de vulnerabilidade, de expulsão de casa, de rejeição familiar, prostituição compulsória, então eu traço e perpasso por todos esses caminhos desde muito cedo né.

A trajetória de Hilton na política é anterior ao seu atual cargo de Deputada Federal. Sua jornada iniciou com ativismo exercido no período que ela trabalhava na prostituição. Em seguida, ela deixa este trabalho e regressa à escola através da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Nesse momento, surgiram as demandas e conflitos por direitos básicos com transporte e documentação com nome social.

Diante das barreiras, Hilton, uma travesti do interior de São Paulo, movimentou as questões com seu ativismo por meio de abaixo-assinado, que ultrapassou 70 mil assinaturas. Este fato ganhou visibilidade midiática que possibilitou seu ingresso no PSOL (Chagas, 2020, p. 89). Em 2018, Erika Hilton exerceu papel de co-deputada em um mandato coletivo, organizado por Mônica Seixas, e, em 2020, se tornou a primeira vereadora trans da grande São Paulo e a mais bem votada do país.

A partir do contexto macropolítico brasileiro e do contexto de experiência sociopolítica de Erika Hilton aqui apresentados, nos direciona a entender o lugar de representação e representatividade que a deputada federal exerce na atual conjuntura política: um sujeito social que, por meio da sua experiência de vida mulher trans e negra, move forças contra eixos de poder hegemônicos: sistemas racista e binário heterossexual (LGBTfóbico). Dito isto, considerando que o Brasil, pelo décimo quarto ano, segue com a infeliz classificação do país que mais mata pessoas transgêneros no mundo, segundo o Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras 2023 da Antra.

4.2. SISTEMATIZAÇÃO DO MATERIAL: MARCAS TEXTUAIS E SUAS FUNÇÕES

Neste momento, passamos a articular a análise textualmente orientada, conforme Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011). Para tanto, organizamos um quadro expositivo para facilitar o procedimento da interpretação de forma ordenada e integrativa pelas marcas textuais, valendo sobretudo dos enunciados e organização textual. Veja o quadro abaixo:

Texto	Títulos e subtítulos	Origem da publicação
A	“Érika Hilton, travesti eleita deputada federal, superou traumas para se relacionar com homem trans”	Extra.Globo
B	“São Paulo elege primeira mulher trans como deputada federal; Erika Hilton está entre as dez melhores votações”	CNN Brasil
C	“Travesti preta e luta por nome social: Erika Hilton agora chega a Brasília”	Notícias UOL

Quadro 1: Títulos e subtítulos das notícias

Fonte: elaborado pelo autor

No título do texto A, é apresentado o evento discursivo central, “travesti eleita deputada federal”, que realmente é do que se trata o acontecimento. Ao mesmo tempo, na construção do enunciado, é posto a vida afetiva da deputada federal, “superou traumas para se relacionar com homem trans”. Ao longo da notícia, é perceptível que o acontecimento da eleição de Erika é tratado como uma informação secundária.

Somente no primeiro parágrafo é abordado o acontecimento: “Érika Hilton é exemplo de empoderamento. A primeira travesti negra eleita deputada federal por São Paulo, recebeu nas eleições do último domingo, 257 mil votos.” E nos parágrafos seguintes é detalhada a forma como Erika Hilton conheceu seu namorado, o ator trans Gabriel Lodi, e como foi a aproximação do casal e as dores. Além disso, há ainda o detalhamento de traumas relacionados à autoestima, segurança. As diferenças raciais foram postas no texto A em paralelo às experiências afetivas do casal enquanto sujeitos trans, e como o casal que se conheceu em 2018 e vivem juntos, superaram tudo isso.

Inicialmente, é interessante perguntar o porquê da notícia trazer um acontecimento político, mas direcionar para uma pauta romântica. Primeiramente, é necessário dizer que dentro da estrutura do portal Extra.Globo, a notícia está alocada na editoria “Famosos”. No portal, existem oito editorias: Notícias; Economia e Finanças; Emprego; Polícia; Famosos; TV; Esporte e Mulher.

Nessas editorias, o acontecimento enunciado, a chegada da primeira mulher trans a Câmara dos Deputados, caberia na seção “Eleições 2022”, localizada na editoria “Notícias”. Ou pelo fato histórico de ser uma mulher trans numa posição de poder, a

notícia poderia estar inserida na editoria “Mulher”. Contudo, a notícia está alocada na Editoria “Famosos”, e isso descentraliza o acontecimento político para o campo da vida afetiva.

A partir da construção da notícia que enuncia a eleição de Erika Hilton e aborda sobre relacionamento, é possível apontar para uma descaracterização do acontecimento político, a dimensão social e o aspecto interesse público não são aprofundados, mas sim a vida afetiva, direcionando a esfera do privado, que, em certo grau, também é política, principalmente quando se trata de direitos a afetividades. Porém, no texto A, o protagonismo na eleição de 2022 e da ascensão política de Erika enquanto acontecimento são diluídos. A foto do casal é utilizada como capa, além de outras; porém, nenhuma fotografia está correlacionada ao acontecimento político posto no título. Veja abaixo:



Figura 1: Capa do texto A do portal Extra.Globo.

Fonte: Captura de tela: reprodução do Extra.Globo.

As fotografias utilizadas foram reproduzidas dos perfis do Instagram da Erika Hilton e do Gabriel Lodi, que não trazem datas nem situam a que momento se referem. Essas imagens cumprem apenas uma função ilustrativa de mostrar o casal. Não existe um aprofundamento e todas as falas e informações sobre o casal foram extraídas do Podcast #existe amor. Este podcast também não é referenciado sobre datas e origem, portanto, não tem como identificar ou/e afirmar se foi antes ou depois do período eleitoral.

Na exposição textual, é possível apontar que o Texto A não tratou da relevância do acontecimento político, bem como se utilizou do acontecido como estratégia para tratar da vida afetiva da deputada federal, relacionando o lugar da mulher na política, que é um campo público e social, ao aspecto íntimo da vida afetiva. Isso torna-se evidente nos seguintes enunciados: “Para se relacionar afetivamente, ela atravessou um deserto.”; “Hoje namora o ator trans Gabriel Lodi, de 34 anos.”; “Eleita vereadora em 2020, Érika não se considerava alguém com sorte no amor.”; “Mas para que pudessem ficar juntos, foi preciso que Érika superasse os medos e traumas, se abrindo para essa nova forma amor”.

Neste ponto, podemos identificar um aspecto de intertextualidade usada no texto A com as falas de Erika Hilton extraídas do podcast e utilizadas como um relato de ato de fala (Ramalho e Resende, 2011). Nos enunciados acima, podemos observar tal questão: “Érika não se considerava”; “foi preciso que Érika superasse os medos”. Isso nos permite ver uma articulação da voz da Erika Hilton no texto A pela intertextualidade, de modo que ao dar ênfase à vida amorosa da deputada federal, ao invés do acontecimento político, os discursos do portal Extra.Globo reproduzem estereótipos do lugar da mulher relacionados ao campo sentimental.

Por sua vez, o texto B, em seu título, destaca o fato de a grande São Paulo eleger a primeira mulher trans como deputada federal: “São Paulo elege primeira mulher trans como deputada federal” e como subtítulo é posto o protagonismo; “Erika Hilton está entre as dez melhores votações”. É interessante chamar atenção para o aspecto de regionalidade.

Os enunciados, no desenvolver da construção do texto B, personificam a conquista da Erika Hilton correlacionado à São Paulo: “São Paulo elegeu a primeira deputada federal trans para o Congresso Nacional.”; “Erika foi a mulher mais bem votada do Brasil para vereadora em 2020 e atualmente preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de São Paulo.”

Essa demarcação espacial implica numa relação identitária, no sentido de pertencimento: Erika Hilton representa São Paulo, grande, imponente e diversa. Nisso, também direciona ao aspecto político. Os sujeitos que residem nessa cidade concordam com as pautas e propostas políticas apresentadas por Erika Hilton, logo ela se torna uma representante desses sujeitos, representante política de São Paulo.

É pertinente apontar que os enunciados citados anteriormente do texto B focam nas atividades políticas desenvolvidas por Erika Hilton como vereadora em São Paulo, assim como esse: “A vereadora também esteve à frente da CPI que investigou a violência contra pessoas trans do país.”

A partir desses enunciados, podemos indicar uma construção discursiva que ressalta a trajetória política de Erika Hilton, a colocando como protagonista e atribuindo sentidos de reconhecimento e legitimidade da função política exercida por ela, dando ênfase ao trabalho desenvolvido em prol de pessoas trans. Diferente do texto A, o texto B apresenta duas imagens e vídeos de Erika Hilton relacionadas à campanha eleitoral da deputada federal. Confira abaixo:



Figura 2: Capa do texto A do portal CNN Brasil.

Fonte: Captura de tela: reprodução do CNN Brasil



Figura 3: Imagem no corpo do texto: portal CNN Brasil.
Fonte: Captura de tela: reprodução do CNN Brasil.

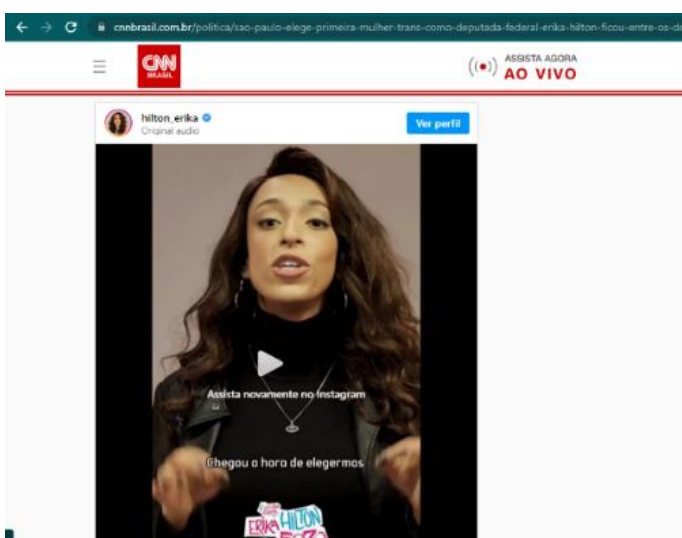


Figura 4: Imagem no corpo do texto: portal CNN Brasil.
Fonte: Captura de tela: reprodução do CNN Brasil.

Essas fotografias compõem a discursividade do texto B, destacando a posição política e o acontecimento de Erika Hilton eleita deputada federal. A Figura 02 fez parte da campanha eleitoral da deputada federal. A Figura 03 é uma publicação feita no perfil de Erika Hilton no seu Twitter no momento da apuração dos votos com o seguinte

enunciado: “Já dá pra dizer: TRAVESTI PRETA ELEITA!”. Outra publicação, um vídeo na Figura 04 do seu perfil no Instagram, porém como uma chamada eleitoral para as pessoas contribuírem na sua campanha (anterior ao dia 2 de outubro de 2022), também foi inserido no texto B.

Esse recurso de integrar publicações das redes sociais da Erika Hilton na constituição do texto B pode ser entendido como um elemento de intertextualidade: a ideia de gerar um texto com fragmentos de outros textos, segundo Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011).

Isso constitui vozes particulares, que, no caso aqui discutido, podemos compreender como esses elementos discursivos-imagéticos vindos do perfil da Erika Hilton sugerem um grau de engajamento do texto B sobre o que ou quem enuncia. Nesse sentido, podemos apontar que o texto B, do portal da CNN Brasil, construiu discursivamente uma narrativa de protagonismo e legitimidade, referente ao acontecimento histórico da primeira mulher trans negra eleita no Brasil.

Por seu turno, o texto C é iniciado com o seguinte título: “Travesti preta e luta por nome social” fazendo referência ao início da trajetória de ativista da deputada federal que trouxe visibilidade e engajamento social. Já o subtítulo apresenta o acontecimento de sua ascensão política; “Erika Hilton agora chega a Brasília”. Esse enunciado constrói sentido de progressividade, relacionando o início da jornada política até o momento da vitória no pleito eleitoral.

Há um sentido de retrospectiva construído ao longo do texto C. É notório que há uma narrativa de progressividade que vai do acontecimento da conquista das urnas para deputada federal, e que retoma a conquista da Erika Hilton como vereadora em São Paulo em 2020, apresentando a vida dela, assim como a relação com família, religiosidade e, por fim, apresenta questões que atravessaram sua transexualidade.

No trecho do texto C: “Ela conta que durante a adolescência, quando já morava em Itu (SP), foi obrigada a frequentar a Igreja para que tentassem “curá-la”. Aos 15 anos, foi expulsa de casa e passou a morar nas ruas, onde encontrou na prostituição uma maneira de sobreviver. Segundo Fairclough (2001), podemos identificar relações intertextuais manifestas – construção de problemáticas sociais no discurso – de forma indireta: “Ela conta”; também no uso das aspas “curá-la”, para enfatizar a voz da Erika e referenciá-la sob os aspectos de violências de gênero que ela sofreu.

Contudo, o texto C não deixa em evidência de onde extraiu essas falas, dado que não é inserido a origem ou o período em que tal relato foi enunciado. Ainda assim, essa intertextualidade é utilizada para narrar a trajetória da Erika Hilton, desde o movimento estudantil e luta em prol do nome social que a fez ingressar na política formal: “Em 2015, sua luta contra uma empresa de ônibus que se recusou a imprimir o seu nome social na passagem catapultou sua carreira.”; “Ela passou a dar palestras e foi convidada pelo PSOL para sair como vereadora de Itu em 2016.”; “Não conseguiu se eleger, mas passou a integrar a Bancada Ativista em 2018 — candidatura coletiva com nove nomes para uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).”

Nessa narrativa da trajetória, construída no texto C, ainda é posto que no mesmo ano de 2020 que Erika Hilton foi eleita a primeira vereadora trans de São Paulo e uma das mulheres mais bem votadas do Brasil, traz outro acontecimento relacionado a Thammy Miranda. Veja o enunciado: “No mesmo pleito, em 2020, Thammy Miranda (PL) foi eleito o primeiro homem trans vereador por São Paulo, sendo o 9º mais votado na cidade.” Por meio desse enunciado e da relação como o texto C conecta à trajetória da Erika Hilton, podemos apontar para um aspecto de interseccionalidade, no sentido de o texto C aproximar e evidenciar discursivamente pessoas trans (categoria/marcador social) de um mesmo contexto de inserção na política (eixo de poder) enquanto acontecimentos de relevância social.

Outras marcas de intertextualidades são identificáveis na constituição do texto C, o mesmo recurso de inserção de publicação de redes sociais utilizado no texto B, a Figura 03 também foi encontrada no texto C, ou seja, um elemento discursivo-imagético de autoria da conta no Twitter da própria Erika Hilton com um fragmento na composição do texto C. Nele ainda são inseridos comentários de mulheres famosas: “Durante os resultados, alguns famosos comemoraram a vitória através das redes sociais. “Parabéns, rainha”, comentou Sabrina Sato. “É isso!”, concordou Giovanna Ewbank.”

A intertextualidade é recurso utilizado na elaboração dos discursos do texto C da Notícias UOL, narrando uma breve trajetória política de Erika Hilton, situando-a enquanto sujeito social num movimento discursivo de referenciar – o protagonismo e a legitimidade – o aspecto da desenvoltura política da deputada federal com questões vindas da sua própria constituição como sujeito: mulher, trans, negra, de família religiosa e do interior de São Paulo. Nessa direção, podemos dizer que a discursividade em torno

da Erika Hilton expressa um aspecto de interseccionalidade na forma como ela é representada discursivamente no texto C.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo alcançou o objetivo de analisar os discursos jornalísticos do acontecimento da primeira mulher trans negra eleita como deputada federal. A partir dos achados desta pesquisa, podemos considerar que o acontecimento histórico ocorrido na política brasileira é algo inédito para os meios jornalísticos na forma de abordar um sujeito social: mulher, trans, negra e ativista.

É interessante perceber que os veículos jornalísticos construíram narrativas que personalizaram a trajetória de Erika Hilton até a chagada na Câmara dos Deputados. Isso, apresentando aspectos de interseccionalidade relacionados aos marcadores sociais que constituíram a formação política de Erika Hilton, construindo discursivamente sentidos de protagonismo e legitimidade referente ao cargo político alcançado pela deputada federal.

Aqui, foram analisados três textos noticiosos: A (Extra.Globo), B (CNN Brasil) e C (Notícias UOL). Em todos os textos, percebemos que os discursos foram favoráveis ao acontecimento histórico da primeira mulher trans negra eleita no Brasil, no sentido da relevância social. Neste momento, é válido questionar como os veículos jornalísticos darão continuidade às questões trabalhadas pela deputada federal e se no desenvolver das pautas e atividades levantadas por ela, alcançarão visibilidade, numa direção à dimensão da esfera pública ou tomará contornos de individualidade.

Portanto, consideramos que os discursos jornalísticos cumprem um papel social além do informar sobre acontecimentos históricos, mas também de representar sujeitos sociais, como no caso da Erika Hilton. Desse modo, podemos considerar que o discurso jornalístico atua no processo de conscientização/transformação social, na medida em que apresenta a trajetória de vida de sujeitos minorizados enquanto protagonistas e legítimos ao exercício de poder em instâncias públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silva. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CHAGAS, Rosana da Silva. **Entre preconceitos e visibilidades**: a inserção das mulheres trans na política formal. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global**. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3ª ed. São Paulo: Versos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188. Disponível em: encurtador.com.br/htHJ7. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução e Organização de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UNB, 2001.

ÉRIKA HILTON, TRAVESTI ELEITA DEPUTADA FEDERAL, SUPEROU TRAUMAS PARA SE RELACIONAR COM HOMEM TRANS. **Extra.Globo**. 2022. Disponível em: l1nk.dev/W7mEj Acesso em: 14 out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

TRAVESTI PRETA E LUTA POR NOME SOCIAL: ERIKA HILTON AGORA CHEGA A BRASÍLIA. **Notícias UOL**. 2022. Disponível: acesse.one/bFJim Acesso em: 14 out. 2022.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes: 2011.

SANTOS, Gersiney. Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. In: RESENDE, Viviane de Melo (Org). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. SP: Pontes Editores, 2019

SÃO PAULO ELEGE PRIMEIRA MULHER TRANS COMO DEPUTADA FEDERAL; ERIKA HILTON ESTÁ ENTRE AS DEZ MELHORES VOTAÇÕES. **CNN Brasil**. 2022. Disponível em: l1nq.com/T1Nsz Acesso em: 14 out. 2022.

Geovane Pereira da SILVA

Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Núcleo Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS). Interesse pelos estudos sobre mídia e suas usabilidades, principalmente em questões de gênero que envolvam processos comunicacionais, discursos e práticas sociais.

Recebido em: 13/fevereiro/2024

Aceito em: 09/julho/2024.